

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Oficina Participativa

23 de fevereiro de 2010

Sumário

| | |
|--|----|
| Comentários Iniciais e Contexto | 3 |
| Apresentações..... | 4 |
| Cláudio Scliar – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral..... | 4 |
| João César Pinheiro – Diretor Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)..... | 5 |
| Fernando Lins – Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e Coordenador da Secretaria Executiva para Elaboração do PDGMT 2010-2030..... | 5 |
| Roberto Messias - Presidente do IBAMA..... | 6 |
| Ronaldo Garcia – Secretário da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)..... | 8 |
| Luís Tadeu Assad – Moderador..... | 10 |
| Debate e identificação de temas | 11 |
| Grupos de Trabalho | 14 |
| Grupo de Trabalho I | 14 |
| Grupo de Trabalho II | 16 |
| Considerações finais..... | 18 |
| Avaliação e Próximos Passos | 19 |
| Encaminhamentos..... | 20 |
| Anexos | 21 |
| Anexo I: Apresentação Fernando Lins..... | 21 |
| Anexo II: Apresentação Tadeu Assad..... | 23 |
| Anexo III: Lista de Participantes | 25 |

Comentários Iniciais e Contexto

A metodologia do Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – PDGMT 2010-2030, com previsão de ser concluído nos próximos meses, consta de diversas ações, incluindo: análise dos Planos anteriores, estudos temáticos recentes, realizados, patrocinados ou apoiados pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Serviço Geológico do Brasil – CPRM; desenvolvimento e análise de estudos ainda em curso, como os relatórios contratados pelo projeto ESTAL/Banco Mundial à consultoria J. Mendo e consultas participativas envolvendo diversos segmentos e instituições com interface no setor.

Todos esses relatórios somarão um conjunto de informações detalhadas com cerca de 6.000 páginas, mas que carecem de uma análise depurada a fim de extrair o conteúdo essencial de cada documento. Uma boa parte destes estudos será complementada por oficinas participativas com dezenas de segmentos específicos do setor mineral, instituições públicas e organizações do terceiro setor, para fins de realização de consultas, recebendo críticas e sugestões e subsidiando os tomadores de decisão para a elaboração deste Plano.

Abordando os aspectos mais relevantes do setor mineral, o Plano parte da realidade atual para lançar projeções e cenarizações que alcançam o ano de 2030, examinando variáveis complexas, sejam internas ou externas, que balizam o conhecimento geológico, a indústria mineral como um todo, a relação do setor com a sociedade e o meio ambiente e, ainda, a transformação dos recursos minerais nas próximas duas décadas.

A etapa oitava do processo de elaboração do PDGMT 2010-2030 divide-se em dois sub-objetivos: o primeiro consiste na realização de oficinas temáticas e participativas – com representantes do setor, da sociedade civil organizada e de instituições do governo direta ou indiretamente relacionadas com o tema, equivalentes a consultas públicas, para a identificação e discussão de pontos-chave para o debate que enriquece a elaboração do Plano. O segundo sub-objetivo baseia-se na construção de cenários para o setor, a partir da participação de representantes de áreas distintas do conhecimento, com visões diferentes da sociedade e do mundo (posturas ideológicas) e, se possível, de diferentes regiões do país.

Foram realizadas cinco oficinas tratando, respectivamente, dos temas: Restrição às Atividades Minerárias em Áreas de Proteção Permanente e Unidades de Conservação de Uso Sustentável; *Royalties* na Indústria Mineral: Reflexo sobre o desenvolvimento da Mineração Brasileira, Agregação de Valor e a Potencialização dos Benefícios Sociais; Agrominerais; Geologia e

Pesquisa Mineral; e P,D & I na Mineração e Transformação Mineral. Este documento relata a 6ª oficina temática que abordou a **Mineração e Desenvolvimento Sustentável**, realizada no Ministério de Minas e Energia no dia 23 de fevereiro de 2009, com a participação de 45 representantes de diversos setores afetos ao tema.

Apresentações

Cláudio Scliar – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral



Agradecendo a presença de todos, o Secretário da SGM enfatizou a importância e tradição das duas primeiras instituições representadas na mesa (DNPM, com 75 anos de existência e IBAMA, com 21), convidando também para compor a mesa o Secretário de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ronaldo Garcia.

Scliar destacou, ainda, que o PDGMT-2010-2030 é um compromisso assumido pelo Ministério de Minas e Energia, lembrando o firme propósito reiterado pelo Ministro de que o trabalho tenha continuidade, inclusive, publicando o documento base até junho de 2010, como resultado dos 84 estudos contratados pelo ESTAL, das consultas públicas e oficinas, desde outubro de 2009, além dos seminários regionais e da oficina que Cenários para o Brasil que ainda irão acontecer neste primeiro semestre.

Sobre o tema da oficina, o Secretário ressaltou que mais do que mudanças legais, o que a SGM propõe atualmente é um novo modelo para aproveitamento desses recursos não vivos em terra e no mar. Tal modelo está se configurando em um Conselho Nacional de Política Mineral, com a transformação do DNPM em agência reguladora com capacidade de formatação de políticas que possam refletir aspectos regionais ou conjunturais, além das competências de fiscalizar, mediar e controlar, entre outras. Ele lembrou que a CPRM também possui papel muito importante no modelo mencionado, e precisa reforçar aspectos já existentes.

Citou ainda, que a consideração da vertente ambiental, com o IBAMA, e social, com o MDS, vai ao encontro da visão da Secretaria sobre a sustentabilidade e sua necessária integração nos aspectos social, ambiental e econômico. Assim, propôs que os três órgãos atuem de forma aliada para o desenvolvimento sustentável do setor mineral.

João César Pinheiro – Diretor Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Agradecendo o convite, Pinheiro informou que o DNPM está se reestruturando para se transformar em agência. Segundo ele, há esforço muito grande da casa no sentido de que o andamento dos serviços na nova estrutura se reflita em um ambiente de agência.

Para isso, algumas reestruturações foram efetivadas após Projetos de Leis terem sido aprovados, como a extinção de duas diretorias (a Geral Adjunta e a de Economia Mineral) e criação de uma nova, a Diretoria de Planejamento. Com tais mudanças, o DNPM passará a ter um planejamento que se adapta ao cenário do setor mineral brasileiro, para o qual tem sido exercida uma discussão interna muito forte no intuito de juntar questões da sustentabilidade com o orçamento e finanças: “transversalidade para fluir na qualificação do planejamento é nossa meta”, enfatizou.

O Diretor Geral Adjunto frisou ainda que o esforço acima citado tenha um enfoque de execução, não de formulação (já que esta vem do Ministério), e nesse sentido o DNPM precisa da integração de órgãos do Governo Federal, estaduais e municipais. O que se nota, disse ele, é uma abertura à sociedade muito maior do que o que ocorria anteriormente, para adoção de um novo marco regulatório e um planejamento de duas décadas. Finalizando, João César solicitou apoio institucional e técnico-científico à SGM.

Fernando Lins – Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e Coordenador da Secretaria Executiva para Elaboração do PDGMT 2010-2030

Com o objetivo de situar os participantes da oficina no processo de construção do PDGMT 2010-2030, Lins fez uma breve apresentação sobre a estrutura da equipe encarregada da elaboração do Plano e dos processos eleitos para esse fim. Os slides utilizados durante a apresentação encontram-se no Anexo I.

Recordando que o último Plano para o setor mineral foi elaborado em 1994, o Diretor explicou que a concepção da elaboração do PDGMT 2010-2030 baseia-se em ampla participação do setor mineral e da sociedade. Apresentando a metodologia utilizada, mostrou que a base para a elaboração do plano parte da análise de 84 estudos técnicos e das oficinas participativas, compondo a primeira das etapas a serem cumpridas. Em seguida, serão realizadas as oficinas temáticas e regionais e a construção de cenários para o setor.

Foi apresentada, ainda, a divisão cronológica das etapas de elaboração do Plano, bem como o tema das cinco oficinas prévias a esta aqui relatada, além de mencionar os assuntos e datas das próximas atividades a serem realizadas (vide Anexo I).

Roberto Messias - Presidente do IBAMA

O Presidente do IBAMA agradeceu o convite para integrar o debate sobre a importante questão da sustentabilidade na mineração e poder propor temas que possam provocar a discussão.



Segundo ele, está havendo uma recuperação da prática de se elaborar planejamentos estratégicos, algo que faz muita falta no Brasil, e que não estamos

mais acostumados: planejar o longo prazo. Por esse motivo, saudou a iniciativa de um plano duo-decenal para o setor mineral.

Messias declarou que atualmente têm sido usados conceitos como ecodesenvolvimento, pegada ecológica, os resultados dos relatórios do IPCC sobre mudanças climáticas e outros de forma muito aleatória e irresponsável, sem muita base científica. Exemplificando os comentários acerca do fracasso que teria sido a Conferência de Copenhagen, declarou que sua leitura vai a outro sentido, pois considera que o tema ainda deva ter um amadurecimento na sociedade.

Dessa forma, em todos os casos citados o ponto focal é ver que toda a atividade humana tem impacto, e por isso é fundamental pensar em como utilizar o que temos em abundância e transformar em frutos para a sociedade brasileira. Por outro lado, como respeitar os limites do que é escasso. Como exemplo, citou a questão do licenciamento que seja convival para a realidade de um país do tamanho do Brasil, passando a contemplar “como fazer” para minimizar os impactos, e abandonar o enfoque impositivo de “fazer ou não fazer”.

Nesse ponto, é fundamental que possamos pensar em alguns conceitos fundamentais, tais como o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). É fundamental, segundo o Presidente do IBAMA, que pensemos que no longo prazo existam dois eixos de preocupação com relação à recuperação de áreas degradadas. “Para se recuperar algo, primeiro deve ser levado em consideração que o impacto precisa ser o menor possível, para que, inclusive, a

recuperação seja a mais barata possível”. Uma pergunta ressaltada é: quais são e como as tecnologias podem ser usadas para reduzir os danos e para reduzir impactos?

Quanto à recuperação de áreas impactadas, o Presidente do IBAMA defendeu que não precisa reconstituir a morfologia das paisagens de forma igual à anterior ao impacto, mas que seja convival com o que havia antes e agregue valor à realidade e história do lugar. Portanto, é possível mudar para algo que sirva melhor à sociedade, sempre respeitando os limites da natureza.

Outro ponto enfatizado foi o papel do licenciamento, questão que muito preocupa setores como o mineral: ...“uma coisa relevante para se pensar é: quais os pontos que devem ser repensados e melhorados nesse processo de licenciamento? Sabendo que qualquer atividade humana gera impacto, então como minimizá-lo? Se o licenciamento é baseado em dados ruins, as decisões também serão ruins”. Acerca do processo paulatino do sistema de licenciamento, tratou da exigência das licenças prévia, de instalação e de operação, com vistas a verificar se a obrigação assumida no início do licenciamento foi, de fato, cumprida.

Assim, destacou a relevância de que se transmita aos empreendedores que uma obra bem licenciada pode ser igualmente ou até mais rentável, além da vantagem de que os impactos sejam minimizados, tratados e compensados. Um elemento importante a ser trabalhado pelo setor mineral é o valor da “generosidade” sobre o que é modificado pelo empreendimento. Neste caso, se alguém acha uma jazida em um local, há que considerarem-se os valores imponderáveis, intangíveis como os afetivos construídos pela população em relação a um território. Como exemplo, Messias citou o caso em que uma cidade foi inundada e quando se perguntou ao engenheiro em audiência pública sobre quanto valeria o terreno de um cemitério onde todos os familiares estavam enterrados, a resposta foi que “...não vale nada!”

Oferecer uma valoração sobre os laços afetivos, de estima, para compensar impactos que por ventura venham a afetá-los, é fundamental para os casos de projetos que afetam populações, pois não se pode calcular um valor sem levar em conta parâmetros mais complexos.

Um aspecto ainda levantado foi a relação entre impacto local e global: é possível construir sustentabilidade global sem o fazer localmente em cada um dos empreendimentos? Como isso aparece dentro de uma proposta global? Como estabelecer mecanismos para que todos possam ter meios de fazer corretamente? Se tal preocupação também não existir, inclusive nos pequenos mineradores, fica difícil, então é preciso pensar a possibilidade de homogeneização do pequeno e do grande minerador.

Em seguida, Roberto Messias elencou pontos instigantes que devem estar na pauta das discussões: rochas calcárias; ferrosos; grutas e cavidades (sobre esta última há um conceito a se estabelecer, a questionar se todos os buracos formados teriam que ser considerados patrimônio da União como cavidades naturais subterrâneas); fertilizantes e o papel do Brasil como fronteira agrícola importante e corresponsável pela alimentação da humanidade; carvão e emissões de energia (em que escalas pode e deve ser utilizado o carvão mineral para que possa fazer parte de uma matriz energética nacional); além dos minerais radioativos. De acordo com Messias, muitas outras ponderações se farão necessárias, como os procedimentos para que áreas urbanas e peri-urbanas tenham impacto reduzido na construção de moradias e saneamento, e melhorado o aproveitamento de recursos minerais para suas construções.

Por fim, enfatizou que a mineração tem um futuro muito grande, e há possibilidade de dois caminhos a serem seguidos: ou se envereda buscando apenas o seu crescimento ou se trilha uma rota de sustentabilidade da atividade. Sobre o Plano Duo-Decenal, lembrou que em 2022 (marco intermediário do planejamento como um todo) o Brasil completa 200 anos de independência, 50 anos depois de Estocolmo e 30 anos depois da Conferência Rio-92. “O que seria esse ano para o Brasil, o que queremos e o que faremos para isso? Espero que possamos estreitar esse canal das relações que podemos ter”, declarou, encerrando sua exposição.

Ronaldo Garcia – Secretário da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)



O Secretário da SAIP apresentou fortes cumprimentos por parte do MDS, louvando a iniciativa do MME que, segundo ele, retoma um instrumento fundamental, que é o planejamento de longo prazo, com as dimensões necessárias: “ou fazemos assim ou não teremos um futuro construído de forma que atenda aos nossos desejos... teremos um

Frankenstein e não um país coeso”.

Garcia discorda da visão de que não sabemos fazer planejamento de longo prazo. Afirma que isso foi apenas esquecido, pois durante vinte anos fomos proibidos de ter ambição de pensar grande, fomos obrigados a pensar pequeno e de curto prazo. Com isso, o país perdeu posições

na hierarquia das Nações. Nesse sentido, com esse Plano Duo-Decenal e na perspectiva em que está sendo construído, a mineração passa a ser assumida nacionalmente, e não mais tratada de forma colonial, a partir da qual tratávamos nossas riquezas minerais sob a perspectiva da matriz.

Conforme Garcia, para que o país possa fazer da atividade de exploração mineral um instrumento forte do desenvolvimento nacional, é preciso superar essa perspectiva colonialista, segundo a qual a atividade econômica se apropria da riqueza mineral e isola a população dos benefícios de sua exploração.

Sobre a dimensão da inclusão social, de extrema relevância para a sustentabilidade, o Secretário declarou que as ações do MDS não podem ser atribuições de apenas um ministério, mas sim de uma construção que exige contribuição e comprometimento de todos. Dessa forma, atualmente o MDS tem atuado mais uma linha de assistência social. No entanto, ressaltou que o MDS terá uma nova linha de atuação, passando a SAIP, há apenas 15 dias, a se chamar de Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva, com o objetivo de possibilitar ao cidadão se afirmar socialmente pelo trabalho.

Em tal inclusão produtiva, destacou Garcia, a mineração tem papel de grande importância, caso consiga superar essa sina de ser tratada como enclave que se apropria da riqueza mineral e isola a população dos benefícios dessa riqueza. Isso porque muitos desses recursos, mesmo que abundantes, um dia acabarão e atividade não pode ter visão egoística e individualista. Lembrou que os grandes projetos de mineração têm potencial de dinamizar a economia e a sociedade de forma ainda pouco explorada.

Segundo ele, o MDS está de olho nessas possibilidades de inclusão pela atividade mineral. Ainda que seja capital intensivo e que as demandas que advêm de um grande projeto de mineração sejam canalizadas, existe a perspectiva de reduzir impactos, agregar valores ao máximo possível e de forma democrática (o que exige preparar a economia local para ter capacidade de resposta).

O Secretário frisou que um projeto mineral não acontece de forma imediata, mas é uma decisão que amadurece com alguns anos. Assim, entre a descoberta de uma riqueza, a decisão de explorá-la e o início efetivo da extração, leva-se muito tempo, o suficiente para um planejamento que possibilite transformar essa exploração em um motor de desenvolvimento social local e sustentável. “Temos prática de produzir desastres sociais, ambientais, mas podemos fazer diferente, e essa perspectiva o Plano Duo-Decenal traz a possibilidade de

assumirmos nossos recursos naturais como instrumento de desenvolvimento sustentável, socialmente equitativo”.

A título de exemplo, contou que há pouco tempo esteve em uma região que recebe grande aporte de grandes empresas. Esta região possui poucos beneficiários do Programa Bolsa Família, não constituindo uma região pobre, com economia desconcentrada, porém forte com agricultura familiar. Trata-se de um investimento que supera 20 bilhões de reais com 40 mil empregos na implantação e metade disso na operação. Todavia, tais projetos estão desestruturando a região mencionada, deturpando os preços dos imóveis e dos alimentos, além do fato de as regiões estarem sendo ocupadas desordenadamente, o que pode gerar diversas conseqüências negativas. O caso foi citado para defender que é possível fazer a exploração da atividade mineral de forma diferente e com conseqüências muito interessantes, à luz de exemplos de outros países que alcançaram renda melhor distribuída, ocupação melhor dos espaços, menos violência.

“Temos essa oportunidade de fazer diferente. Empreendimentos minerais têm tempo de planejar completamente diferente para construção de uma sociedade mais íntegra, mais justa, menos violenta. Parabenizo o MME pela iniciativa e temos todo interesse em estar junto, com nossa contribuição, para que essa concepção ganhe materialidade e possa ser levada à prática”, finalizou.

Luís Tadeu Assad – Moderador

Retomando as atividades, Tadeu Assad explicou que a equipe do Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS foi incumbida da missão de conduzir o processo de facilitação e registro técnico das oficinas. Falou sobre a metodologia a ser usada durante esta oficina, a fim de otimizar a contribuição de todos os participantes (vide Anexo II) para o objetivo principal de debater as principais questões que afetam o tema a curto, médio e longo prazos.

O moderador expôs a programação da oficina, cujo tema foi **Princípios para o desenvolvimento sustentável da mineração**. Para a discussão dos problemas, potencialidades e soluções previu a divisão dos integrantes em grupos para trabalhar as principais questões, solicitando a escolha de um relator para cada grupo de discussão para a apresentação na plenária final. Foi apresentado um modelo de matriz a ser usada em cada grupo para sintetizar os problemas e prioridades priorizados, as medidas e soluções necessárias para superar os problemas ou transformar as potencialidades em realidades, e o compromisso institucional necessário para tal. O moderador leu, ainda, as premissas e regras de convivência elencadas

pela moderação como importantes para o bom andamento dos trabalhos do dia. Tadeu, por fim, ponderou que os resultados da oficina serão condensados em um relatório a ser disponibilizado no site do MME com as discussões e os encaminhamentos gerados.

Debate e identificação de temas

Após as apresentações pessoais dos participantes, o moderador sugeriu que fosse realizada uma discussão aberta de apresentação de idéias, para fins de elencar os problemas e potencialidades a serem trabalhadas nos grupos de trabalho. A cada três ou duas contribuições, a mesa, composta por Maria José Salum, Maria Amélia Enríquez e Edson Mello, comentava as considerações.

Maria José agradeceu a grande representatividade de instituições, que atendeu exatamente ao pensado pela Secretaria para o eixo da sustentabilidade, construído a partir da soma dos diversos olhares presentes. Dando início aos trabalhos fez a leitura de um breve resumo introdutório ao tema da reunião.



Como primeira contribuição, um participante lembrou o enorme potencial mineral do Estado do Pará e destacou uma atividade mineral que, segundo ele, não tem sido objeto de políticas públicas: a mineração social (areia, argila, saibro), cuja exploração tem sido feita de forma irregular e ilegal e, portanto, insustentável. Além disso, defendeu a pequena mineração como capaz de gerar divisas para os municípios.

Um segundo participante ressaltou a questão da descentralização da gestão e das discussões a respeito da exploração de bens minerais de uso local da população.

Acerca dessas falas, Maria José recordou o Plano Nacional de Agregados da Construção Civil lançado em 2008, que já contempla as questões levantadas sobre os minerais sociais. Segundo ela, o que falta é a efetiva execução de tais medidas do Plano.

Continuando as contribuições, um terceiro participante reiterou que, desde 1998, se pensava, na Coordenação do CTEM, na questão do desenvolvimento sustentável na mineração, para o qual concluiu haver quatro pilares: três relacionados à ação direta dos cientistas (as massas envolvidas na extração da mineração; energia e suas fontes; e o impacto ambiental) e uma

ligada à participação direta dos cidadãos (a satisfação social). Aproveitando a oportunidade, distribuiu um guia prático de sua autoria para se chegar a um empreendimento sustentável no setor.

A quarta contribuição destacou que o conceito de desenvolvimento sustentável traz uma preocupação intrínseca com a sobrevivência humana, já que o planeta e seu meio natural, assim como formas de vida, sobreviveram e sobreviverão após a extinção da humanidade. Dessa forma, segundo ele, é preciso pensar a sustentabilidade a partir da dimensão temporal – desenvolvimento sustentável em que tempo, para 10, 20 ou 100 anos... Além disso, o fator temporal deve ser considerado durante a operação da mina e na etapa de seu fechamento, a fim de contemplar as mudanças trazidas por sua exploração.

Em seguida, outro participante levantou duas questões: a gestão do território e a enorme burocratização da pequena mineração.

Respondendo aos comentários, Maria José afirmou que os aspectos contemplados para pequenos e grandes empreendedores do setor mineral são distintos e que nas áreas mineradoras sempre há grandes e pequenos convivendo e trabalhando. Assim, o debate com a presença de grandes empresas e entidades acerca da perspectiva da sustentabilidade na pequena mineração poderá contemplar tais conflitos. Maria Amélia destacou a necessidade de se fazer uma distinção entre “gerenciamento ambiental”, por parte das empresas, e a questão da sustentabilidade, que tem um escopo bem mais amplo.

O próximo integrante propôs questão a ser debatida quanto às pequenas e médias mineradoras, de como estas poderiam ser apoiadas pela grande mineração e em que medida se poderá auxiliar na organização das mesmas?

Edson Mello, em resposta a um dos comentários, concordou que o Plano Nacional de Agregados é importante para resolver a questão dos minerais sociais e da pequena mineração, mas destacou a dificuldade da capilaridade que alcance os pequenos mineradores para as discussões. Sugeriu então, como alternativa, que as associações do setor, como a ABEMIN, tentem um assento na comissão do referido Plano de Agregados. Falou ainda a respeito dos comentários do Presidente do IBAMA sobre cavernas e minerais radioativos, que os empreendimentos enviam suas atividades sem contemplar o *background* dos impactos, e futuramente isso pode comprometer o empreendimento em relação à saúde da população local. Por fim, lembrou que o licenciamento deve ser repensado, mas questionou se as exigências para as pequenas e grandes mineradoras devem ser as mesmas.

Terminando os debates da parte da manhã, foram elencados pelos participantes os seguintes princípios a serem contemplados nas discussões: a) permissão da lavra garimpeira, a competência social e a educação para se alcançar a sustentabilidade; b) a questão temporal da mineração; c) a equidade como princípio orientador de políticas; d) a simplificação do processo de autorização e licenciamento dos órgãos ambientais para o funcionamento das mineradoras; e) a mineração em terras fronteiriças; f) a capilaridade e descentralização da gestão dos recursos minerais.

Grupos de Trabalho



Na parte da tarde, e com a escolha das questões a serem discutidas pelos grupos de trabalho, os participantes se dividiram em dois grupos. O primeiro foi incumbido de priorizar os problemas ou potencialidades a respeito dos **desafios do desenvolvimento sustentável para a pequena mineração**, bem como as propostas de soluções, os atores necessariamente envolvidos na busca dessas soluções e o compromisso possível das instituições. Já o segundo grupo abordou a mesma metodologia, voltando as discussões sobre os **desafios do desenvolvimento sustentável para a média e grande mineração**.

Cada grupo iniciou a discussão com uma avaliação das questões norteadoras, a fim de identificar quais dos problemas listados tangem ao tema a que se dedicavam e, a partir disso, priorizar as mais importantes ou urgentes para o alcance de soluções. Ao final, as propostas de cada grupo foram levadas ao conhecimento da plenária da oficina.

Consta dos encaminhamentos dessa reunião o envio dos resultados alcançados para possíveis contribuições adicionais dos integrantes do grupo.

Grupo de Trabalho I

A seguir, a lista de participantes do GT I:

| Grupo I: Pequena Mineração e Desenvolvimento Sustentável | |
|--|---------------|
| Nome | Órgão |
| 1. Diego Pereira de Oliveira | SGM/MME |
| 2. Doralice Miloni Assirati | DNPM/MME |
| 3. Flávia K. Rangel de Godoi | IEMA – ES |
| 4. Flávio Erthal | DRM-RJ/ABEMIN |
| 5. Josálvaro de Castro Guimarães | DNPM – MG |
| 6. José Guedes | CPRM – RJ |
| 7. José Maria do Nascimento | APGAM – PA |
| 8. Mathias Heider | DNPM |
| 9. Ricardo E. R. Parahyba | DNPM |
| 10. Sonia Maria de Brito Mota | MMA/SEDR/DET |
| 11. Valquíria dos Anjos Menegon | IBAMA |
| 12. Wilson Pereira | SGM/MME |

As considerações e propostas de soluções encontradas pelo grupo estão listadas a seguir:

| Pequena Mineração e Desenvolvimento Sustentável | | | |
|---|--|---|--|
| Priorização - Problemas e Potencialidades | Propostas de Soluções | | Compromisso Institucional |
| | Curto Prazo (5 anos) | Médio e Longo Prazo (5 a 20 anos) | |
| Informalidade e ilegalidade Burocratização e complexidade do licenciamento mineral e ambiental Inadequação da legislação às especificidades da pequena mineração (ex: exploração de areia e argila em APPs) | Elaboração de leis, normas claras, adequadas e simplificadas o suficiente para dar segurança jurídica para o licenciador e para o produtor mineral | | CONAMA, Legislativo, MMA, MME, OEMAS, estados e municípios |
| Falta de ordenamento territorial dos municípios | Elaboração do ZEE como diretriz para o ordenamento territorial | Elaboração de Mapa previsional em níveis municipal e estadual e Plano Diretor Municipal | OEMAS, CPRM, MME, MMA, ANAMA, estados e municípios |
| Defasagem tecnológica e falta de apoio técnico e financeiro | Capacitação da mão de obra; orientação técnico-legal para o cumprimento da legislação (EX: RCA); uso de novas tecnologias na mineração; criação de linhas de financiamento; e programas de extensionismo mineral | | DNPM, MME, BNDES, MCT (CTEM), Instituições de Ensino Superior, SEBRAE, Ministério do Trabalho, Sindicatos do setor, estados e municípios |
| Gestão centralizada dos recursos minerais da pequena mineração | Aplicação do inciso 11 do art. 23 da CF (competência concorrente de estados e municípios na gestão dos recursos minerais) | | Congresso Nacional, MME, DNPM, estados, e municípios |
| Falta de uma cultura para o trabalho associativo / falta de organização social e produtiva | Incentivo à criação de cooperativas, associação, APLs | | SEBRAE, MDIC, MDS, MME, DNPM, Sindicatos do setor, PREFEITURAS MUNICIPAIS, OEMAS |

Grupo de Trabalho II

Abaixo se apresenta a lista de integrantes do GT II:

| Grupo II: Média e Grande Mineração e Desenvolvimento Sustentável | |
|--|-------------------|
| Nome | Órgão |
| 1. Alessandro Nepomuceno | KINROSS |
| 2. Ana Claudia Lima | Votorantim Metais |
| 3. André Afonso Ribeiro | MMA/SBF/DAP |
| 4. Bruno Santos Ferraz | Vale S.A |
| 5. Cássio Roberto da Silva | CPRM/RJ |
| 6. Claudia Salles | IBRAM |
| 7. Cristina P. Bicho | DNPM |
| 8. Fernando Lins | SGM/MME |
| 9. Fernando Raeder | ICMBio |
| 10. Luciana B. Couto | SFB/MMA |
| 11. Luiz Oliveira | CPRM |
| 12. Maria Amélia Enriquez | SGM/MME |
| 13. Rinaldo Mancin | IBRAM |
| 14. Wilfred Brandt | APROMIN |

A seguir, o resultado das discussões do Grupo de Trabalho:

| Média e Grande Mineração e Desenvolvimento Sustentável | | | |
|---|--|--|---|
| Priorização - Problemas e Potencialidades | Propostas de Soluções | | Compromisso Institucional |
| | Curto Prazo (5 anos) | Médio e Longo Prazo (5 a 20 anos) | |
| Definição da diretriz da política mineral brasileira para a sustentabilidade "MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL" | Pensar em mecanismos para difusão dos conceitos de sustentabilidade para melhor distribuição dos benefícios da mineração | | |
| Mobilização das comunidades para conhecer as suas necessidades | Promoção da Agenda 21 mineral; mobilização para o plano de desenvolvimento dos municípios; ações de capacitação pelas empresas | Ações de capacitação pelas empresas e instituições; fomento a criação de conselhos municipais de mineração | Instituições de ensino, Empresas, autoridades locais, prefeituras, MME, órgãos ambientais, associações locais, líderes comunitários, MDS, sindicatos, BNDS, SESI, SEBRAE, MMA |

| | | | |
|--|---|---|--|
| <p>Ações para a cidadania (instrumentos, educação, etc.)</p> | <p>Ações junto ao MEC para influenciar no planejamento anual dos municípios mineiros; Reativar o Programa "Imagem da Mineração IBRAM"; Promoção da agenda 21 mineral ou similar; Programa de inclusão digital; Programa de redução do analfabetismo</p> | <p>Elaboração de programas de metas para os municípios mineradores (pactuadas entre governo e setor produtivo)</p> | <p>MME, MEC, empresas, governos locais e estaduais, ONGs, Sistema "S", MCT, MDS, MMA</p> |
| <p>Aplicação sustentável das rendas da mineração</p> | <p>Melhorar a capacidade de gestão de recursos pelas prefeituras; Fomentar a criação de conselhos municipais; Incentivar a transparência (comunicação) no uso do recurso da CFEM</p> | <p>Verificar instrumentos de regulação federal</p> | <p>MME, governos estaduais e municipais, MMA, Casa Civil</p> |
| <p>Aprimorar o licenciamento ambiental</p> | <p>Diminuir a volatilidade normativa (excesso de mudança de regulamentação)</p> | <p>Proporcionar instrumentos para o ordenamento territorial estratégico (avaliação sócio-ambiental estratégica)</p> | <p>MMA, SISNAMA, MME, empresas, governos estaduais e municipais, Casa Civil</p> |
| <p>Sustentabilidade para o pós-mineração - vitalidade socioeconômica e ambiental local - indicadores de monitoramento.</p> | <p>Incentivar o desenvolvimento dos planos de fechamento com revisões periódicas, incluindo a diversificação e vocação econômica do município</p> | <p>Estabelecimento de normas legais para o fechamento de mina</p> | <p>MMA, SISNAMA, MME, empresas, governos estaduais e municipais, casa civil, CETEM</p> |
| <p>Agregação de valor econômico-social que a mineração deixa como legado</p> | <p>-</p> | <p>-</p> | <p>-</p> |

Considerações finais

Ao final da plenária dos grupos, outra rodada de contribuições foi realizada. Segue um breve registro dos principais pontos discutidos:

Parabenizando a pertinência das discussões realizadas pelos grupos, um participante lembrou que, embora o estado do Pará tenha um enorme potencial mineral, sua população em grande parte é pobre. Por isso, indagou se o preço pago ao país pela exploração mineral tem sido justo, tendo em vista o paradoxo de 12 municípios com o maior IDH dos estados terem tradição mineradora, enquanto os municípios de seu entorno possuem sérios problemas sociais.

Maria Amélia respondeu declarando que a SGM está propondo mudanças na regulação da CFEM que contemplam a questão dos municípios do entorno às grandes cidades mineradoras.

Encerrando a oficina, o Secretário Cláudio Scliar agradeceu a presença de todos e afirmou ter sido muito rica a troca de experiências entre os participantes. Enfatizou que a mineração pode e deve constituir uma atividade sustentável, por tratar-se de uma necessidade inerente ao cotidiano da humanidade (vários recursos minerais são usados no dia-a-dia sem que nos demos conta, como a água, as rochas das quais se extraem os pigmentos para as cores de nossas roupas etc.).

Nesse sentido, Scliar destacou a relevância de um tema há pouco tempo ainda desconhecido: a geodiversidade, que vem fundamentando as políticas da SGM com mapeamentos e estudos de várias regiões. Para ele, tal conhecimento é essencial para o melhor aproveitamento dos bens minerais.

Diante de tudo o que foi exposto e debatido, o Secretário da SGM encerrou frisando a importância do planejamento a curto, médio e longo prazos para o setor mineral, feito de forma integrada com as várias instituições presentes, contemplando as questões econômicas, sociais e ambientais.

Avaliação e Próximos Passos

É imprescindível que exista a atividade minerária para sustentação dos meios de vida e do atual modelo de desenvolvimento humano. Para isso, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de conhecimento do potencial mineral brasileiro, que só pode ser alcançado por meio das ações descritas nesse relatório.

O Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – PDGMT não poderia vislumbrar um futuro para o setor que não considere os pilares que lhe garantam um desenvolvimento sustentável ambiental, econômica e socialmente. É de suma importância que exista um planejamento para determinação do norte a ser buscado em cada ação dos tomadores de decisão incumbidos de realizar o potencial do setor em atendimento às necessidades da sociedade brasileira.

É louvável, pois, a iniciativa da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que, por meio de um processo envolvendo o mais avançado e apurado conhecimento técnico, aliado às necessidades e interesses da sociedade, busca traçar os rumos para o setor nos anos vindouros. Não há dúvida quanto à complexidade do tema, conforme evidenciado pelas discussões e debates ocorridos durante esta oficina. Portanto, é necessário que sejam tomados os devidos cuidados a fim de assegurar o sucesso dessa ousada proposta.

A oficina ora relatada apresentou um vasto leque de opiniões, posicionamentos e visões que enriqueceu profundamente a discussão, fornecendo subsídios sem dúvida ímpares para os responsáveis pela elaboração do Plano. Foram registradas preocupações, incertezas e dificuldades que enfrentam os atores, neste desafio de conciliar a atividade minerária e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Mais importante, logrou-se uma superação da visão conjuntural, para uma visão estruturante de um futuro em que seja possível a tomada de decisão consciente acerca do que deve ser priorizado na busca do conhecimento do potencial mineral do país, capaz de elevar o status dessa nação para patamares até então ocupados apenas pelos países considerados desenvolvidos.

A qualidade dos palestrantes e a representatividade dos participantes, assim como seu grau de inserção e conhecimento acerca dos temas discutidos, foram essenciais para a construção deste rol de contribuições. Não seria possível a participação de todos os que podem trazer contribuições para o processo, portanto foi certamente um exercício de alto grau de dificuldade o convite de instituições e especialistas, que, devido a diversas restrições, não puderam comparecer em sua totalidade. Não houve, no entanto, prejuízo decorrente dos convidados que não compareceram para as discussões e rico debate gerados.

Adicionalmente aos objetivos da oficina, o propósito e a interação entre estes representantes institucionais, marcadamente será um passo importante para a definição de novos espaços de diálogo e possíveis ações conjuntas na busca do desenvolvimento do setor alinhado com o imperativo da sustentabilidade.

Dando continuidade a esse processo, serão realizadas novas oficinas temáticas para complementação dessa oitiva, que culminará na realização de trabalhos de construção de cenários para o setor para os próximos vinte anos. Em seguida, serão sistematizadas as informações geradas, que, juntamente com os estudos técnicos realizados, servirão como base para a elaboração do Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Encaminhamentos

Ficou decidido que será elaborado, em seguida à oficina, um relatório contendo uma síntese das discussões e debates realizados, assim como uma sistematização das sugestões e encaminhamentos. Esse relatório será revisado pelos representantes do Ministério de Minas e Energia e posteriormente disponibilizado para os participantes da oficina para validação e contribuições posteriores. Em seguida, será divulgado publicamente no site do Ministério para outras colaborações. Havendo a opinião de que não teriam sido alcançados todos os objetivos deste debate em forma de consulta pública, existem possibilidades para realização de outros encontros e criação de outros espaços e fóruns de discussão.

Anexos

Anexo I: Apresentação Fernando Lins

Ministério de Minas e Energia - MME
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
DNPM & CPRM

PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PDGMT 2010/2030

6ª OFICINA
Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Brasília, 23-fevereiro-2010

SUMÁRIO

1. Grupo de Trabalho e Secretaria-Executiva
2. Atividades já realizadas pela S-Executiva
3. Próximas etapas

PDGMT 2010 - 2030

GRUPO DE TRABALHO MME

Portaria MME (DOU 18/03/2009)

COMPOSIÇÃO DO GT

- .Secretário SGM (coordenador geral)
- .Secretário Adjunto SGM
- .Secretaria Executiva MME
- .Diretores SGM (4)
- .Diretor Presidente da CPRM
- .Diretor-Geral DNPM

CONVIDADOS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 MESES

PDGMT 2010 - 2030

SECRETARIA-EXECUTIVA

Portaria SGM (DOU 07/07/2009)
Apoiar o GT na Elaboração do PDGMT 2010-2030

- .Fernando Lins (coordenador)
- .Telton Correa
- .Maria Amélia Enriquez
- Frederico Bedran Oliveira & Wilson Pereira
- .João César de Freitas Pinheiro
- .Antonio Fernando Rodrigues
- .Mathias Heider
- .Luiz Oliveira
- .José Guedes
- .Irineu Capeletti

CONVIDADOS



SUMÁRIO

1. Grupo de Trabalho e Secretaria-Executiva
2. Atividades já realizadas pela S-Executiva
3. Próximas etapas

PDGMT 2010 - 2030

PROJETO ESTAL
(subsídios à elaboração do Plano; Banco Mundial)

ASSINADO CONTRATO DE CONSULTORIA EM ABRIL

84 ESTUDOS TEMÁTICOS

EXECUÇÃO: abril >>>> dezembro

5.000 páginas !

PDGMT 2010 - 2030 **Oficinas Realizadas em 2009**

1. Mineração em Áreas Reservadas [1/outubro]
2. Royalties na Indústria Mineral [27-outubro]
3. Agrominerais [29-outubro]
4. Geologia e Pesquisa Mineral [18-novembro]
5. P,D,&I na Indústria Mineral [3-dezembro]

PDGMT 2010 - 2030 **Oficinas Previstas em 2010**

6. Mineração e Desenvolvimento Sustentável [23-fev]
 7. Política Mineral nas Regiões [25-fev]
- Oficina Especial sobre Cenários [março]

PDGMT 2010 - 2030 **Calendário de Atividades**

- Lançamento do Documento Base do Plano pelo Ministro Edison Lobão [fim de março]
- Consulta Pública [durante o mês de abril]
- Seminários Regionais [abril/maio]
- Revisão e consolidação [maio]
- Lançamento Oficial do Plano [Junho]

Avaliação

- **Relatórios projeto ESTAL (credibilidade)**
 - **84 estudos** . Já concluídos e revisados
 - Revisores: 70 técnicos do DNPM, da CPRM e da SGM envolvidos
- **Oficinas (relevância, legitimidade)**
 - Representatividade
 - 25 a 30 pessoas **externas** por oficina
 - Compartilhamento das diferentes percepções dos atores

SUMÁRIO

1. Grupo de Trabalho e Secretaria-Executiva
2. Atividades já realizadas pela S-Ex
3. Próximas etapas

PDGMT 2010 - 2030 **Oficinas Previstas em 2010**

6. Mineração e Desenvolvimento Sustentável [23-fev]
 7. Política Mineral nas Regiões [25-fev]
- Oficina Especial sobre Cenários [março]

PDGMT 2010 - 2030 **Calendário de Atividades**

- Lançamento do Documento Base do Plano pelo Ministro Edison Lobão [fim de março]
- Consulta Pública [durante o mês de abril]
- Seminários Regionais [abril/maio]
- Revisão e consolidação [maio]
- Lançamento Oficial do Plano [Junho]

PDGMT 2010 - 2030 **6ª Oficina-Programação**

- 9:00-10:00 h: Mesa de Abertura // PDGMT // Pronunciamentos
- 10:00-10:30 h – Intervalo
- 10:30-11:00 h: Apresentação da agenda/dinâmica da Oficina
- 11:00-12:30 h: Discussão aberta (conceitos e desafios) e formação de grupos de trabalho
- 12:30-14:00 h – Almoço
- 14:00-16:00 h: Grupos de Trabalho/Consolidação de Propostas
- 16:00-17:30: Plenária e Encerramento

Anexo II: Apresentação Tadeu Assad

PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

6ª Oficina temática com lideranças e instituições representativas

“Mineração e Desenvolvimento Sustentável”

Metodologia de Trabalho
Facilitação do Processo



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Agenda da Oficina

1ª Parte

- 09:00 a 10:00 – Abertura Oficial e contextualização do tema:
(MME, MMA, SAE, MDS, MCT, IBAMA...)
- 10:00 a 10:30 – Intervalo
- 10:30 a 10:45 – Apresentação individual (nome, instituição e função)
- 10:45 a 11:00 – Apresentação da agenda e dinâmica da oficina
- 11:00 a 12:30 – Discussão aberta - Coordenação técnica (Conceitos e Desafios):
“Princípios para o desenvolvimento sustentável da mineração” (Somatório de visões)
- 12:30 a 14:00 – Almoço



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Agenda da Oficina

2ª Parte

- 14:00 a 16:00 – Grupos de Trabalho (Consolidação de propostas)
Matriz de Potencialidades, Problemas e Soluções
(cenários de curto prazo – 5 anos e médio e longo prazo – 20 anos)
- Grupo 1: Desafios para o desenvolvimento sustentável da pequena mineração
- Grupo 2: Desafios para o desenvolvimento sustentável da média e grande mineração
- 16:00 a 17:00 – Plenária e Encerramento



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Objetivo Principal
Oficina Técnico-Participativa

Debater as principais questões que afetam a dinâmica do segmento a curto, médio e longo prazos e possíveis propostas para construção do futuro desejável, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O material gerado nesta oficina servirá de base para construção do Plano Duo-Decenal



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

“Premissas e Encaminhamentos”
Oficina Técnico-Participativa

- O tema é complexo – necessita de debates para gerar algo consistente...
- Esta reunião é parte de um processo – existirão outros espaços de diálogo;
- Todas as opiniões são importantes: serão mantidas todas as opiniões divergentes, que serão devidamente consideradas e trabalhadas;
- Não é necessário que haja o consenso. Esta oficina tem caráter consultivo;
- Os registros não serão personificados – Vale o resultado do grupo;
- Outras propostas serão bem vindas (considerar prazo e o processo) – relatório validado disponibilizado no site do MME;
- As considerações, respostas e propostas devem ser CLARAS e OBJETIVAS (registro técnico)



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Produtos da Oficina Técnico-Participativa

- Relatório técnico com a síntese das discussões realizadas na oficina, incluindo apresentações e foto-comentário;
- Resumo Executivo para registro;
- Principais pontos de convergência e divergência;
- Matriz de Problemas – Potencialidades – Sugestões.



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Orientações ao trabalho

1ª Parte – Introdução e Contextualização do tema

– **Discussões Abertas:**

Tema: "Princípios para o desenvolvimento sustentável da mineração"
(Somatório de visões)

2ª Parte – Trabalho em grupos

- Priorização de problemas e potencialidades;
- Como alcançar as soluções propostas no curto, médio e longo prazo;
- Compromisso institucional.

– **Plenária**

- Apresentação e discussão dos resultados dos grupos.

É preciso que sejam levados em conta os aspectos estruturantes e não apenas conjunturais – afinal, trata-se da elaboração de um plano de longo prazo

PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Modelo de tabela para construção de propostas

Tema:

| Priorização Problemas/Potencialidades | Como alcançar as soluções propostas | | Compromisso Institucional (quem deve fazer parte da solução) |
|--|-------------------------------------|------------------------------|---|
| | Curto Prazo (5 anos) | Longo Prazo (5 a 20 anos) | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Equipe de Facilitação

Luís Tadeu Assad

Eric Sawyer

Flávio Silva Ramos

Cristiane Leite

www.iabs.org.br

Anexo III: Lista de Participantes

Oficina: Sustentabilidade na Mineração **Data:** 23/02/10 **Horário:** 08h30 às 18h00

Local: Ministério de Minas e Energia - MME, sala Plenária – 9º andar e Auditório Térreo

| Nome | Órgão | Cargo/Função |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| 15. Alessandro Nepomuceno | KINGROSS | Diretor de Meio Ambiente |
| 16. Aline Machado da Matta | SAE/PR | Gerente de Projeto |
| 17. Ana Claudia Lima | Votorantim Metais | Consultora Ambiental |
| 18. André Afonso Ribeiro | MMA/SBF/DAP | Analista Ambiental |
| 19. Bruno Alves de Jesus | SGM/MME | Analista de Infra-estrutura |
| 20. Bruno Santos Ferraz | Vale S.A | Coordenador de Sustentabilidade |
| 21. Carlos Romero Martini | IBAMA Sede | |
| 22. Cássio Roberto da Silva | CPRM/RJ | Chefe de Departamento |
| 23. Cláudia Salles | IBRAM | Gerente de Meio Ambiente |
| 24. Cláudio Sciar | SGM/MME | Secretário |
| 25. Cristiano M.M. Furuhashi | SGM/MME | Analista de Infraestrutura |
| 26. Cristina P. Bicho | DNPM | Geóloga |
| 27. Diego Pereira de Oliveira | SGM/MME | Analista de Infra-estrutura |
| 28. Dione Macedo | SGM/MME | Coordenadora Geral |
| 29. Doralice Meloni Assirati | DNPM/MME | Assessora da Fiscalização |
| 30. Edson F. Mello | SGM/MME | Coordenador Geral |
| 31. Fernando Lins | SGM/MME | Diretor |
| 32. Fernando Raeder | ICMBio | Analista Ambiental |
| 33. Flávia Karina Rangel de Godoi | IEMA/ES | Gerente de Licenciamento Mineração |
| 34. Flávio Erthal | DRM-RJ/ABEMIN | Presidente/Vice-Presidente |
| 35. Geraldo Maia Neto | PFE/ICMBio | Procurador Federal |
| 36. Gonzalo Enriquez | UFPA/SAE | Professor |
| 37. João Cezar Freitas Nobre | DNPM | Diretor Adjunto |
| 38. Josálvaro de Castro Guimarães | DNPM/MG | Especialista em Recursos Minerais |
| 39. José Guedes | CPRM/RJ | Coordenador Executivo |
| 40. José Luiz V. de Lima | SGM/MME | Coordenador Geral |
| 41. José Maria do Nascimento Pastana | APGAM/PA | Geólogo |
| 42. Josiane A. Silva | SGM/MME | Analista de Infra-estrutura |
| 43. Kiomar Aquino | DNPM | Geólogo |
| 44. Luciano B. Couto | MMA/SFB | Assessor Técnico/Engenheiro Florestal |
| 45. Luiz Oliveira | CPRM/RJ | Analista |
| 46. Maria Amélia Enriquez | SGM/MME | Assessora |
| 47. Maria José Salum | SGM/MME | Diretora |
| 48. Mathias Heider | DNPM | Eng. de Minas |
| 49. Raquel Vilela | SGM/MME | Assessora de Comunicação |
| 50. Ricardo Parahyba | DNPM | Difis.-Técnico |
| 51. Rinaldo C. Mancin | IBRAM | Diretor de Meio Ambiente |
| 52. Roberto C. Villas-Bôas | CETEM | Pesquisador |
| 53. Roberto Messias | IBAMA | Presidente |
| 54. Ronaldo Garcia | MDS | Secretário |
| 55. Sonia Maria de Brito Mota | MMA/SEDR/DET | Assessora Técnica |
| 56. Valquíria dos Anjos Menegon | IBAMA | Analista Ambiental |
| 57. Wilfred Brandt | APROMIN | Conselho Diretor |
| 58. Wilson Pereira | SGM/MME | Geólogo |